



BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE JARU 2025

Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025



VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL

SEAS
Secretaria de Estado da Mulher, da Família,
da Assistência e do Desenvolvimento Social

RONDÔNIA
★
Governo do Estado





**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Proteção Social Básica (PSB).....	7
2.1 Estrutura Física.....	8
2.2. Recursos Humanos.....	10
2.3 Serviços.....	12
2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	12
2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	14
2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	16
1. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	17
3.1 Estrutura Física.....	18
3.2 Recursos Humanos.....	20
3.3 Serviços.....	21
3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).....	21
3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	23
3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....	25
3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.....	27
3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....	29
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	31
4.1 Estrutura Física.....	31
4.2 Recursos Humanos.....	33
4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....	35
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	36
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	37
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	37
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	37
5. Considerações finais.....	38

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva territorializada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Jarú, que compreende os municípios de: Jarú, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Vale do Anari e Machadinho D'Oeste.

De acordo com o Censo Demográfico 105.200 pessoas residem nos municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste ano de referência haviam cerca de 59.016 pessoas inscritas no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 56% da população regional.

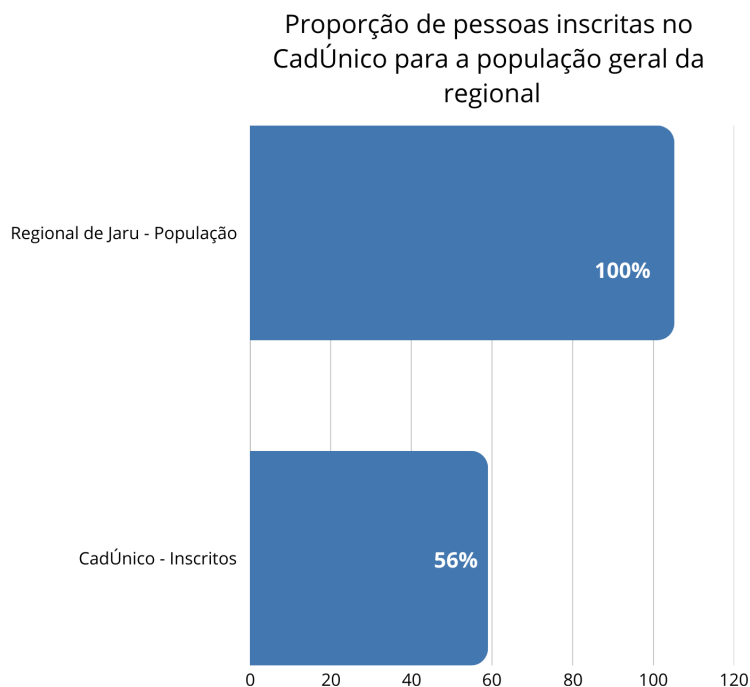


Gráfico 1

Fonte: Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Na última referência (nov. 2025) a população de usuários inscritas na regional é de 63.250 pessoas, destas cerca de 28% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 34% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e aproximadamente 38% acima de meio salário mínimo, ou seja, o dados do CadÚnico indicam que cerca de 62% da população inscrita na regional encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que corresponde cerca de 39.299 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

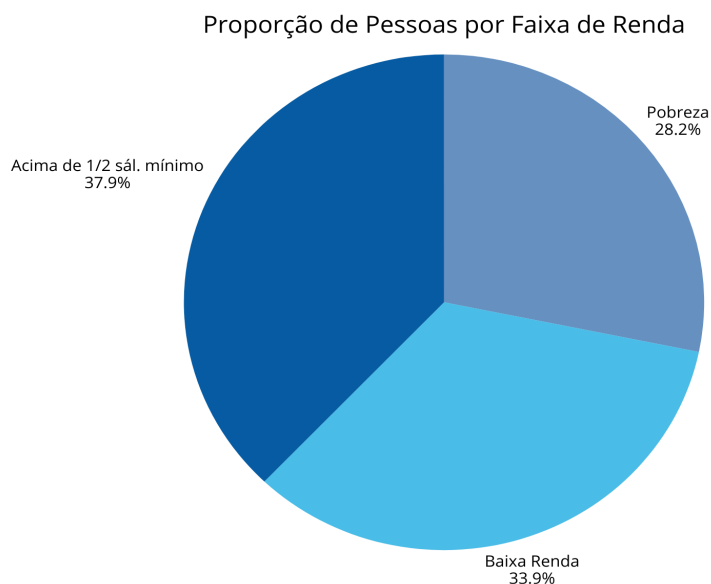


Gráfico 2
Fonte: CECAD (2025)

Entretanto, deve-se levar em consideração que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social. Os últimos dados disponíveis no CadÚnico (nov/2025) apontam que só as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) distribuídas em 13.742 famílias, média geral de 2,8 pessoas por família. Em relação à oferta na proteção social básica a região conta com 6 (seis) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 3 CRAS de pequeno porte II capaz de referenciar até 3.500 famílias;
- 3 CRAS de pequeno porte I capaz de referenciar até 2.500 famílias;

Desta forma, a rede da região é capaz de atender a demanda potencial de 18.000 famílias, capacidade superior ao público em vulnerabilidade socioeconômica que atualmente encontra-se qualificada na base de dados do CadÚnico. Estes dados indicam que a capacidade potencial máxima da regional ainda não foi completamente atingida. Portanto, não deve-se perder de vista as especificidades de cada território municipal e próprias do fator amazônico capaz de pressionar a oferta da rede e exigir maiores investimentos em sua infraestrutura e recursos humanos.

Nesse sentido, deve-se observar que o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade socioterritorial específicas dos fatores amazônicos e a área de grande extensão impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial encontram-se complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de território indígena (T.I. Uru-Eu-Wau-Wau), população ribeirinha e extrativista, distritos e diversas áreas rurais com famílias de agricultores familiares, assentados e vivendo distribuídas por todo território regional.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1 Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações

técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS e dos Centros de Convivências. Na Regional de Jarú, o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 14,3% insuficiente, 28,5% regular e 57,1% superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

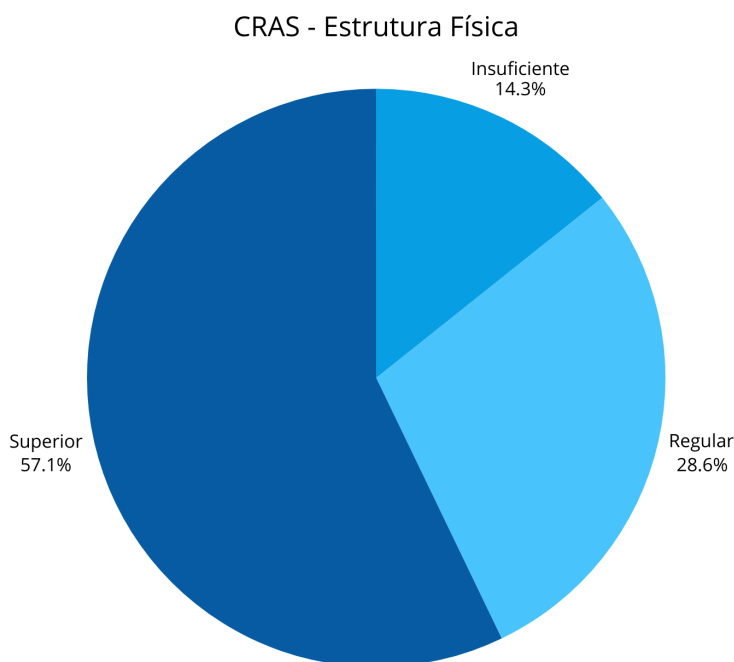


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Parte dos equipamentos da proteção social básica apresentam, de modo geral, uma boa estrutura física mínima, com recepção equipada, salas de atendimento individual, salas psicossociais e espaços administrativos adequados. A presença de auditórios ou salas de uso coletivo com capacidade para grupos maiores aparece de forma recorrente, indicando condições favoráveis à realização de oficinas, reuniões e ações coletivas com famílias. Também se observa que muitos equipamentos dispõem de copa, cozinha ou refeitório, além de almoxarifados estruturados, o que demonstra uma organização interna favorável ao funcionamento cotidiano dos serviços. Outro ponto positivo é a disponibilidade de veículos — próprios ou compartilhados — suficiente para garantir atendimentos externos, articulações territoriais e ações de busca ativa. Em alguns locais, verifica-se ainda a existência de salas específicas para serviços complementares como Cadastro Único, emissão de documentos ou reuniões internas, ampliando a integração de serviços em um mesmo espaço. De modo geral, embora a acessibilidade plena ainda não seja universal, a maioria dos equipamentos conta com banheiros acessíveis ou parcialmente acessíveis e, em alguns casos, projetos de reforma física já previstos. Isso evidencia que, apesar das

limitações, existe a intenção institucional de adequação às normas de acessibilidade. As estruturas físicas mais completas revelam uma tendência de adequação aos parâmetros técnicos descritos nas referências normativas da política de assistência social, especialmente as orientações do PAIF, SCFV e NBR 9050.

- **Pontos Fracos:** Apesar da presença de estruturas essenciais, há fragilidades importantes relacionadas à acessibilidade, que aparece repetidamente como inadequada ou apenas parcial. Rampas fragilizadas, banheiros sem acessibilidade plena e edificações que ainda não atendem plenamente os parâmetros de acessibilidade indicam lacunas estruturais que impactam diretamente a garantia do acesso universal. Em alguns equipamentos, a sala destinada a atividades coletivas encontra-se improvisada ou ocupada por outros serviços, comprometendo a execução das oficinas e grupos do PAIF, o que evidencia uma gestão do espaço físico que precisa ser reorganizada para priorizar as atividades tipificadas.

Em parte dos equipamentos, mesmo com salas múltiplas, a infraestrutura interna mostra-se fragmentada, sem uma adequada destinação funcional — por exemplo: salas divididas entre serviços distintos, ausência de sala para grandes grupos ou espaços utilizados de forma não estratégica. Além disso, há registros de acessibilidade parcial em diversos locais e de dependência excessiva de veículos compartilhados, o que pode limitar ações territoriais regulares. Por fim, a ausência de ambientes adequados em algumas unidades demonstra desigualdade na distribuição da qualidade física entre os territórios analisados.

A análise regionalizada demonstra que a estrutura física dos equipamentos da proteção social básica é predominantemente adequada no que diz respeito à disponibilidade de ambientes e equipamentos essenciais, permitindo a execução das funções básicas dos CRAS e Centros de Convivência. Salas de atendimento, recepções organizadas, auditórios e veículos estão presentes na maior parte das unidades, o que favorece o atendimento direto e a execução das ações coletivas. No entanto, a acessibilidade permanece como um dos principais desafios, com problemas recorrentes que comprometem a plena inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Além disso, a organização interna dos espaços precisa ser revisada em algumas unidades para garantir coerência com os serviços tipificados e com as demandas territoriais. Assim, embora haja avanços significativos na estrutura física, persistem lacunas estruturais que exigem continuidade de investimentos e reorganização espacial.

2.2. Recursos Humanos

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação aos recursos humanos como: 28,6% suficiente e 75% insuficiente.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

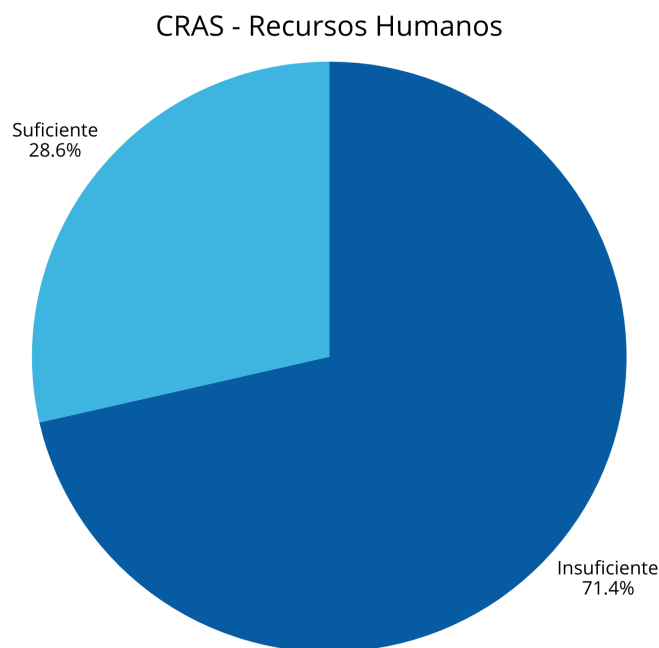


Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Observa-se que a maior parte das unidades possui equipes técnicas formadas pelo núcleo mínimo previsto na NOB-RH/SUAS, composto por assistente social e psicólogo, além de coordenação com formação de nível superior. Em diversos equipamentos, há ainda técnicos de nível médio ou superior atuando como orientadores sociais ou oficinairos, ampliando a capacidade operacional das equipes. A presença de cadastradoras, recepcionistas, motoristas, zeladores e equipe administrativa contribui significativamente para a fluidez das rotinas internas e para a organização dos atendimentos, evitando sobrecarga da equipe técnica de referência. Há também casos em que equipes atuam parcialmente no regime volante ou contam com profissionais terceirizados para oficinas, o que evidencia iniciativas locais para suprir demandas de atividades coletivas.

Outro aspecto positivo é que a maioria das unidades demonstra conhecimento sobre os parâmetros da NOB-RH e mantém, ao menos parcialmente, estruturação coerente com o porte municipal. Há também registros de profissionais que, mesmo com carga horária parcial, reforçam a composição mínima das equipes e ampliam a capacidade de atendimento, especialmente no caso do psicólogo. De modo geral, os dados mostram esforço dos municípios em manter equipes ativas e operacionais, garantindo atendimento contínuo às famílias.

- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade identificada diz respeito ao *déficit* de orientadores sociais, apontado de forma recorrente em praticamente todos os territórios. A insuficiência desse perfil profissional compromete diretamente a execução dos grupos, oficinas e atividades territoriais do PAIF e SCFV, além de gerar acúmulo de funções para a equipe técnica de referência. Em diversos equipamentos, observa-se a ausência completa desses profissionais ou sua presença em número insuficiente para atender a demanda, o que evidencia uma fragilidade estrutural consolidada no eixo de recursos humanos.

Outro ponto crítico é a carga horária limitada do psicólogo em algumas unidades, que compromete o atendimento psicossocial contínuo e reduz a capacidade de resposta em situações mais complexas. Também se identificam unidades com equipe técnica abaixo do quantitativo mínimo previsto na NOB-RH, especialmente no que se refere ao número de assistentes sociais e psicólogos exigidos para municípios de porte específico. Além disso, há menção recorrente à necessidade de manter o CADSUAS atualizado — um indicativo de fragilidade na gestão administrativa dos recursos humanos. Em alguns casos, há dependência excessiva de terceirização para as oficinas, o que nem sempre garante continuidade e padronização das ações socioassistenciais.

A análise revela que, embora exista um núcleo básico de equipes técnicas funcionando em todos os territórios, persistem fragilidades estruturais que afetam diretamente a qualidade dos serviços ofertados. O déficit de orientadores sociais é o ponto crítico mais recorrente, comprometendo especialmente o desenvolvimento dos grupos e ações coletivas. A carga horária parcial de psicólogos e a insuficiência do quantitativo mínimo de técnicos em algumas unidades reforçam a necessidade de revisão da composição das equipes. Ainda assim, observa-se esforço dos municípios em manter profissionais essenciais e estruturar equipes minimamente adequadas, demonstrando compromisso com os parâmetros da política de assistência social. O panorama indica que o eixo de recursos humanos necessita fortalecimento prioritário, sobretudo para assegurar a integralidade das ações do PAIF e SCFV.

2.3 Serviços

2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado obrigatoriamente nos CRAS. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Jarú, os dados de monitoramento apontam que os serviços foram classificados como: 42,9% insuficiente, 42,9% como regular e 14,3% superior.

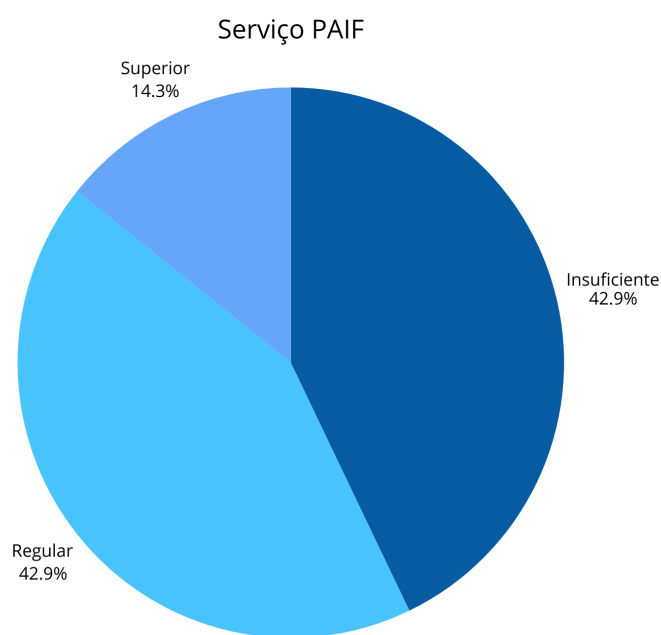


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há indícios de avanços importantes no uso do prontuário físico do PAIF nos territórios, especialmente em unidades onde a equipe já incorporou o instrumento como prática regular. Esse movimento é relevante

porque demonstra amadurecimento na organização do processo de trabalho e compromisso com a padronização técnica preconizada pelo MDS. Também se observa que alguns equipamentos realizam ações de acompanhamento familiar e articulação com outros serviços, ainda que de forma desigual, o que revela compreensão geral sobre o fluxo do atendimento socioassistencial.

Outro ponto positivo é a existência de grupos e oficinas em algumas unidades, o que demonstra capacidade de ofertar ações coletivas e dinâmicas de convivência. A presença de encaminhamentos registrados e de articulação com serviços como SCFV, Cadastro Único e benefícios eventuais também sinaliza que parte dos CRAS compreende o papel central do PAIF na rede de proteção social básica. Em alguns locais, a equipe demonstra conhecimento sobre a necessidade de monitorar condicionalidades e integrar atendimentos com programas federais.

- **Pontos Fracos:** As fragilidades do PAIF aparecem de forma ampla e recorrente na região. O acompanhamento familiar apresenta lacunas importantes, especialmente na falta de utilização efetiva do Prontuário Físico em algumas unidades. Estudos de caso, acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, construção compartilhada do PAF e registros sistemáticos revelam-se inconsistentes ou ausentes em diversos equipamentos. A execução de grupos e oficinas também aparece como limitada, irregular ou insuficiente, indicando dificuldades operacionais e carência de equipe — especialmente orientadores sociais. Além disso, há baixa articulação entre os encaminhamentos realizados e o acompanhamento posterior, o que evidencia fragilidades no fluxo de trabalho e no monitoramento das trajetórias das famílias atendidas. Esses elementos apontam para fragilidades estruturais tanto na organização interna do PAIF quanto na capacidade das equipes de dar continuidade às ações previstas nos cadernos de orientação.

O panorama do PAIF revela um cenário misto, marcado por iniciativas de avanço, especialmente no uso do prontuário físico e na realização de algumas ações coletivas, mas ainda fortemente atravessado por limitações operacionais. O déficit de orientadores sociais e a inconsistência no uso dos instrumentais técnicos prejudicam o acompanhamento sistemático das famílias, impactando a integralidade da proteção social ofertada. Assim, embora haja esforços pontuais e boas práticas emergentes, permanece a necessidade de fortalecer rotinas, registros e fluxos de trabalho para garantir a execução plena do PAIF de acordo com seu desenho normativo e capacidade territorial.

2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Jarú, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que o serviço está classificado como irregular em 71,4% e 28,5% dos municípios da regional, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

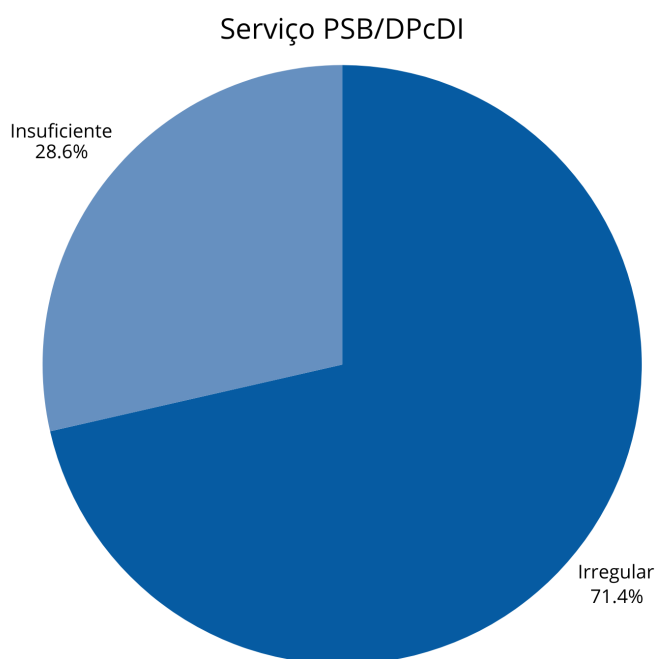


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A presença de atendimento às demandas desse público no âmbito do PAIF indica que as equipes conseguem absorver parte das necessidades identificadas no território, ainda que de forma não estruturada. Essa integração, mesmo que limitada, demonstra sensibilidade da equipe às vulnerabilidades de idosos e pessoas com deficiência, evitando que fiquem totalmente desassistidos. A existência de profissionais disponíveis para realizar acolhidas, atendimentos individuais e eventuais visitas evidencia que as demandas são, ao menos, reconhecidas e parcialmente acompanhadas.
- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade é a não execução formal do serviço, que deveria possuir planejamento próprio, metodologia específica, visitas domiciliares sistemáticas e ações continuadas. A absorção das demandas pelo PAIF, embora importante, indica que o serviço não possui identidade, estrutura e rotina próprias, o que compromete a capacidade da política de assistência social em garantir proteção integral às pessoas com deficiência e idosos que necessitam de atendimento no domicílio. A ausência de equipe específica, de registros padronizados e de planejamento compromete tanto a qualidade quanto a regularidade do atendimento.

A análise mostra que o serviço domiciliar encontra-se significativamente fragilizado na região. Apesar da sensibilidade das equipes do PAIF em atender as demandas emergentes, a inexistência de execução estruturada impede que o serviço cumpra seu papel de proteção continuada e preventiva. Assim, o cenário evidencia uma lacuna importante na oferta da proteção social básica, afetando especialmente grupos com maior dependência de acompanhamento no território.

2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Jarú, o monitoramento apontou que o serviço foi classificado como: 40% como suficiente, 20% como regular e 40% como superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

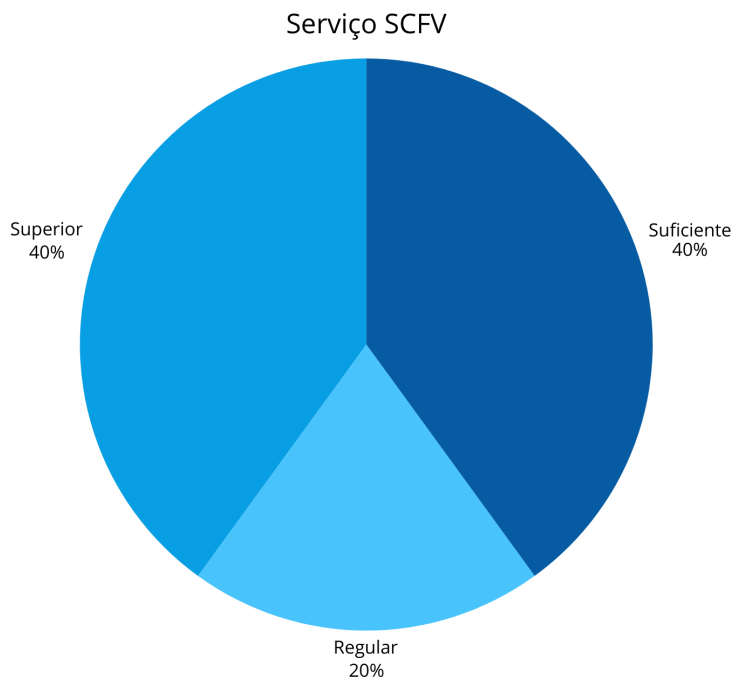


Gráfico 7

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- Pontos Fortes:** O SCFV demonstra boa compreensão conceitual por parte das equipes, com reconhecimento dos eixos norteadores do serviço e entendimento da importância do atendimento em grupos, da participação social e da convivência comunitária. Há unidades que realizam oficinas, reuniões e encontros com usuários, bem como atividades conduzidas poricineiros ou profissionais terceirizados, o que amplia a diversidade de atividades ofertadas. Em algumas localidades, observa-se supervisão parcial dos orientadores sociais, além de ações que buscam integrar o SCFV ao PAIF, o que revela alinhamento com as diretrizes nacionais. Também são mencionadas iniciativas de inclusão do público prioritário, ainda que não uniformes, além de articulações intersetoriais e discussões de casos com outros profissionais da rede. Esses elementos demonstram que, apesar das limitações, há capacidade instalada e conhecimento técnico para desenvolver o SCFV.
- Pontos Fracos:** A principal fragilidade dos equipamentos é a insuficiência de orientadores sociais, que impacta diretamente a execução regular dos grupos. Isso leva à fragilidade na realização de oficinas, à ausência de planejamento prévio das atividades e à dificuldade de acompanhamento da trajetória dos usuários encaminhados pelo CRAS. A paridade entre vagas gerais e prioritárias também aparece como problemática, com desequilíbrio entre os grupos ofertados. Além disso, há deficiência na busca ativa, supervisão técnica e integração sistemática com o PAIF, o que reduz o

potencial protetivo do serviço. A ausência de encontros com famílias, falta de grupos heterogêneos e irregularidade na organização dos grupos também são evidências de fragilidades operacionais e metodológicas.

A análise do SCFV revela um serviço que possui potencial e conhecimento técnico em parte das unidades, mas que enfrenta limitações importantes na execução cotidiana. A falta de orientadores sociais, a inconsistência na realização dos grupos e a fragilidade na articulação com o PAIF comprometem a capacidade do serviço de promover convivência, pertencimento e desenvolvimento de habilidades sociais. O cenário indica que o SCFV precisa ser fortalecido tanto em recursos humanos quanto na organização metodológica, de modo a assegurar que o serviço cumpra seu papel de proteção preventiva e promoção da convivência comunitária.

1. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

3.1 Estrutura Física

Na Proteção Social Especial, a análise das condições estruturais dos CREAS da Regional de Jaru evidenciou um cenário dicotômico (50% insuficiente e 50% superior), o que indica diferenças significativas entre os municípios da regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

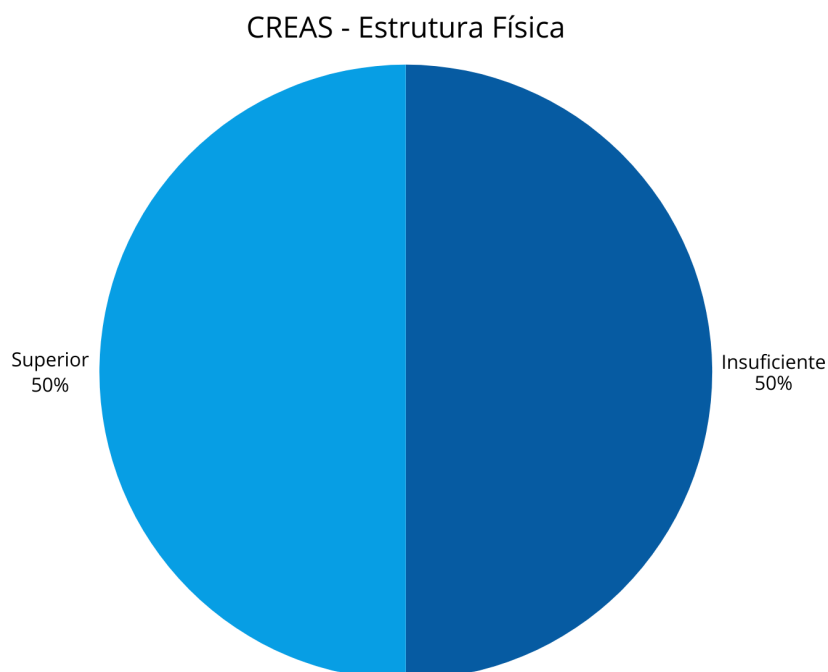


Gráfico 8

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A estrutura física apresenta elementos essenciais para o funcionamento dos serviços especializados no território, como recepção organizada, salas específicas para atendimentos individuais, espaços administrativos e ambientes destinados a reuniões e atividades coletivas. Em algumas unidades, a presença de auditório e salas de grupo indica capacidade para ações de caráter educativo, intersetorial e comunitário, ampliando as possibilidades de trabalho técnico. A existência de banheiros adaptados em pelo menos parte das unidades demonstra atenção parcial aos requisitos de acessibilidade, reforçada pela presença de equipamentos com estrutura adaptada de forma geral. Outro ponto positivo é a utilização de sistemas próprios de registro e encaminhamentos, o que favorece a organização das informações, a rastreabilidade dos atendimentos e a qualificação da gestão de dados.

Esses elementos revelam que existe uma base estrutural consolidada para o atendimento especializado, garantindo condições mínimas de acolhimento, sigilo e organização dos fluxos. Embora ainda haja diferenças entre equipamentos, o padrão geral demonstra avanços na adequação física e funcional dos espaços, criando ambiente favorável à continuidade e à ampliação das ações socioassistenciais.

- **Pontos Fracos:** Apesar dos avanços observados, persistem fragilidades estruturais importantes, como a insuficiência de banheiros adaptados em algumas unidades, o que compromete a plena acessibilidade. A variação significativa na quantidade de salas e ambientes revela disparidades na capacidade física de atendimento, indicando que nem todos os equipamentos dispõem de espaço adequado para garantir o desenvolvimento de atendimentos sigilosos, grupos ou atividades de articulação intersetorial.

A presença de lacunas estruturais indica que, embora existam elementos positivos, a rede ainda apresenta desigualdades físicas que impactam a capacidade de execução dos serviços de forma plena. Isso evidencia a necessidade de ajustes estruturais para garantir acessibilidade integral e ambientes compatíveis com a complexidade das funções desempenhadas.

A análise aponta uma rede com avanços importantes em infraestrutura, especialmente no que diz respeito à existência de espaços funcionais e sistemas de informação. Contudo, as diferenças entre unidades revelam um padrão desigual que compromete a padronização do atendimento especializado. Enquanto alguns equipamentos apresentam estrutura ampla e adequada, outros operam com limitações que afetam tanto a acessibilidade quanto a execução de serviços específicos. A consolidação de uma infraestrutura plenamente adequada dependerá da superação dessas discrepâncias, visando garantir condições equânimes e compatíveis com as exigências normativas da Proteção Social Especial.

3.2 Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que todos CREAS analisados apresentavam a seguinte classificação no eixo de recursos humanos: 50% irregular e 50% superior. Novamente diferenças significativas entre os municípios da regional, o que demonstra que o fator regional é codependente de questões locais como a gestão.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

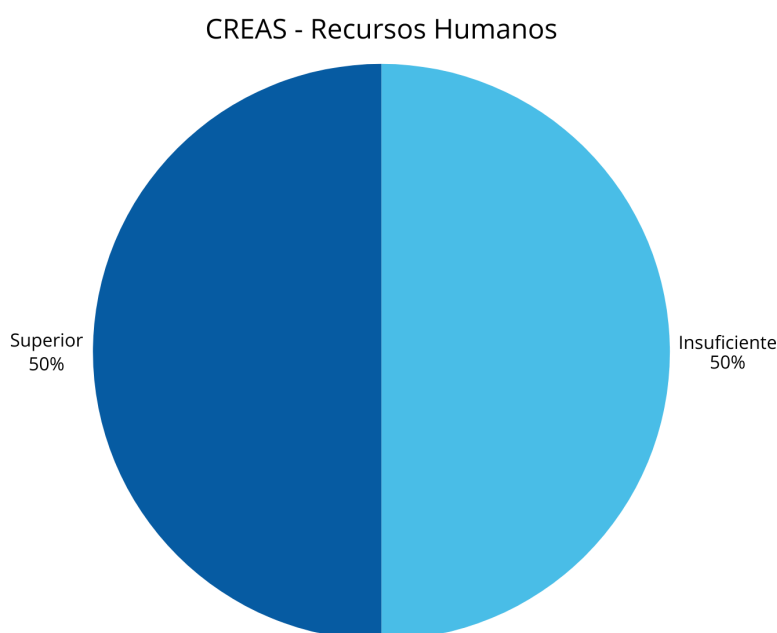


Gráfico 9

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Parte das unidades apresentam equipes técnicas formadas pelos profissionais essenciais à execução dos serviços especializados, com presença recorrente de assistentes sociais e psicólogos, além de coordenadores com formação superior. A existência de profissionais de apoio — como auxiliares administrativos, motoristas e zeladores — contribui para o funcionamento cotidiano das unidades, liberando a equipe técnica para focar em suas atribuições finalísticas. Em parte das unidades, destacam-se equipes completas para serviços específicos, incluindo atuação na abordagem social e no acompanhamento de medidas socioeducativas, demonstrando compromisso com o atendimento qualificado conforme a tipificação nacional. Esse cenário evidencia esforços significativos para manter equipes capazes de realizar atendimentos especializados, fortalecer a articulação intersetorial e responder a demandas complexas. A presença de diferentes perfis profissionais também amplia as possibilidades de intervenções diversificadas e adequadas às necessidades do território.
- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade observada é a composição incompleta das equipes técnicas em diversas unidades, especialmente a ausência de profissionais do Direito, considerados obrigatórios pela normativa para a composição mínima do CREAS. Também foram identificadas carências de profissionais para serviços específicos, como abordagem social e medidas socioeducativas, o que leva à sobrecarga de equipes já existentes ou à execução desses serviços por unidades não especializadas, como o CRAS. Essas lacunas comprometem a qualidade do atendimento, reduzindo a

capacidade de resposta a situações de violação de direitos e limitando a atuação multidisciplinar. Outro ponto crítico é a insuficiência de técnicos de nível médio ou superior para ações externas e acompanhamento territorial, o que fragiliza a presença da política nos espaços públicos. Essas ausências revelam discrepâncias no cumprimento dos parâmetros da NOB-RH/SUAS, afetando a execução contínua e adequada dos serviços especializados, sobretudo aqueles de alta complexidade.

Os recursos humanos mostram avanços importantes, mas ainda estão aquém dos padrões exigidos para garantir atendimento especializado completo. A presença regular de assistentes sociais e psicólogos é um ponto positivo, mas a ausência de advogados e de equipes específicas para determinados serviços compromete a integralidade do atendimento. Persistem desigualdades entre unidades, refletindo desafios de gestão de pessoal e de conformidade com a NOB-RH/SUAS. A consolidação de equipes completas e estáveis será essencial para garantir regularidade, segurança técnica e qualidade na execução dos serviços socioassistenciais especializados.

3.3 Serviços

3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma oferta tipificada no âmbito do SUAS que integra o trabalho desenvolvido nos CREAS. Seu objetivo é prestar apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados. O serviço atua de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, buscando restaurar vínculos familiares e comunitários e promover o fortalecimento da autonomia e proteção social dos usuários.

No monitoramento realizado na regional de Jarú evidenciou a seguinte classificação: 50% suficiente e 50% regular. O que demonstra que apesar de algumas limitações estruturais os municípios têm conseguido atingir padrões mínimos de qualidade na oferta do serviço.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

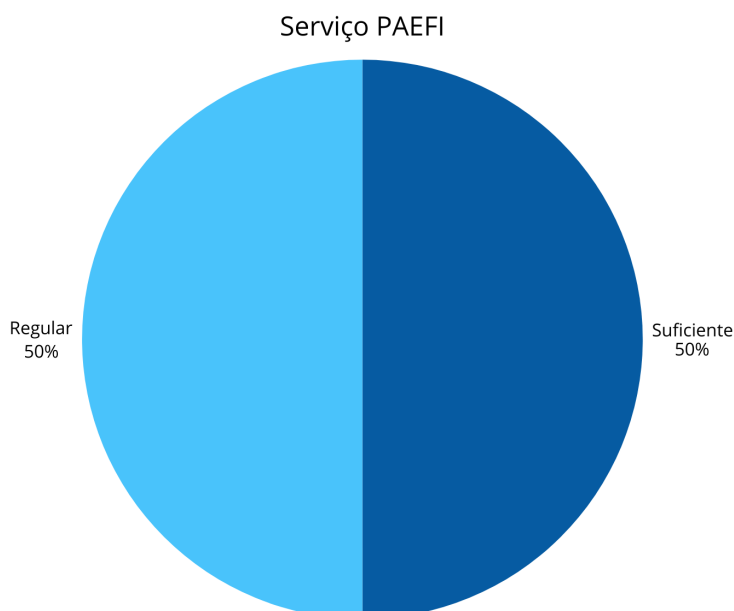


Gráfico 10

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- Pontos Fortes:** Em alguns municípios, o PAEFI apresenta evidências de funcionamento contínuo e capacidade operacional em diversos territórios, com desenvolvimento consistente das ações de acompanhamento especializado. Há indicativos de boa execução, sobretudo onde o serviço demonstra regularidade nos atendimentos, articulação com a rede e condução técnica de casos complexos. Em algumas unidades, o serviço já conta com estrutura adequada para atendimentos individuais e ações coletivas, o que contribui para um ambiente de acolhida e elaboração de estratégias de enfrentamento das violações. Além disso, a presença de sistemas de informação auxilia na organização e registro das demandas, favorecendo o monitoramento dos acompanhamentos e a comunicação intersetorial.

Esses elementos demonstram que, mesmo diante de desigualdades regionais, há territórios onde o PAEFI se consolida como serviço estruturado, alinhado aos princípios da Proteção Social Especial e capaz de responder às demandas de violação de direitos com efetividade.
- Pontos Fracos:** O monitoramento também revelou fragilidades importantes na execução do PAEFI, especialmente no que se refere à utilização dos instrumentos técnicos obrigatórios, como o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e o Prontuário Físico. A baixa adesão a esses instrumentos compromete não apenas a sistematização das informações, mas também a continuidade, o planejamento e a avaliação dos atendimentos familiares. Observa-se igualmente a reduzida implementação de grupos, oficinas e

ações coletivas, que são essenciais para a prevenção de reincidência de violações e para o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares. Além disso, a intersetorialidade aparece enfraquecida em alguns locais, com baixa participação em espaços de discussão de casos e articulação com outras políticas públicas, o que limita a abordagem integral das situações atendidas.

Essas fragilidades indicam que, embora o serviço esteja presente, a execução ainda carece de maior qualificação metodológica e integração da rede, o que impacta diretamente a efetividade da intervenção.

O PAEFI apresenta um cenário misto: de um lado, evidências de boa execução e presença de serviços tecnicamente estruturados; de outro, lacunas no uso de instrumentos técnicos e na articulação intersetorial. A consolidação do serviço como referência no território depende do fortalecimento das práticas de registro, planejamento e abordagem integral, garantindo que o acompanhamento especializado cumpra plenamente seu papel na superação das violências e vulnerabilidades. De modo geral, o PAEFI na regional de Jarú demonstra avanços na consolidação da oferta e na manutenção de equipes técnicas capacitadas, contudo, ainda requer investimentos contínuos na contratação e qualificação profissional, na utilização plena dos instrumentos técnicos e na articulação intersetorial. O fortalecimento desses aspectos é essencial para garantir que o serviço cumpra integralmente sua função protetiva e promova respostas mais efetivas às situações de violação de direitos acompanhadas nos CREAS.

3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a corresponsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Jarú, os dados do monitoramento indicaram que 50% dos serviços avaliados foram classificados como regular e 50% como superior, refletindo um cenário de boa execução do serviço no território da regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

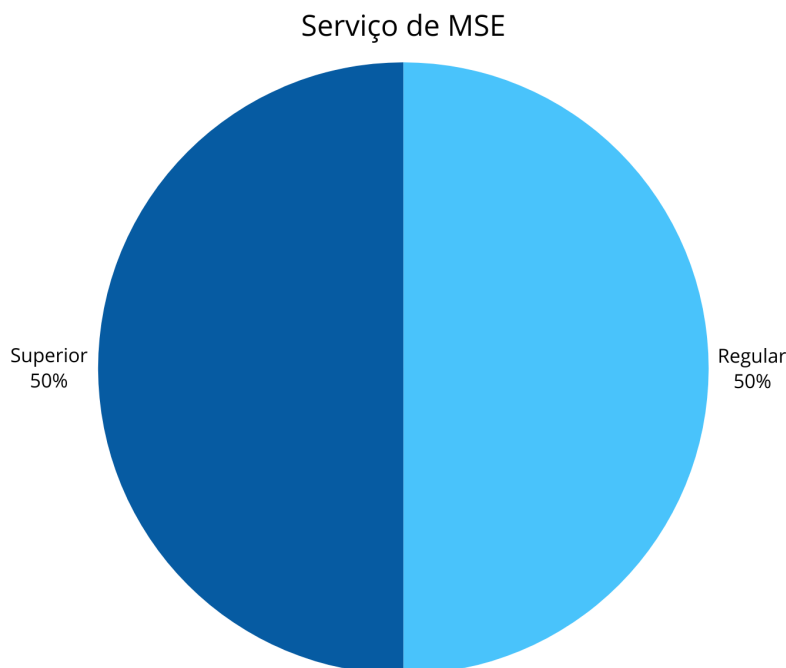


Gráfico 11

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O serviço de Medidas Socioeducativas se destaca em alguns territórios pela execução considerada satisfatória e alinhada às diretrizes técnicas. Onde é oferecido diretamente pelo CREAS, há sinais de acompanhamento qualificado, diálogo com famílias, encaminhamentos articulados e postura ativa na construção dos processos socioeducativos. Nessas unidades, observa-se também a realização de estudos de caso e articulação com a rede, o que auxilia na responsabilização do adolescente e na construção de seu projeto de vida, indicadores essenciais da boa execução do serviço.

Esse conjunto de evidências aponta uma capacidade instalada sólida e sensível à complexidade das medidas em meio aberto, gerando intervenções mais completas e aderentes à tipificação.

- **Pontos Fracos:** Em parte dos territórios, o serviço não é executado pelo CREAS, mas sim pelo CRAS, o que compromete a adequação normativa e metodológica, já que as medidas socioeducativas integram a Proteção Social Especial de Média Complexidade. Há também lacunas relacionadas à articulação com a rede de educação, dificultando o monitoramento da frequência escolar dos adolescentes. Além disso, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) não aparece como prática consolidada em todos os locais, o que fragiliza o caráter pedagógico das medidas. Em alguns territórios, a ausência de grupos socioeducativos ou de ações estruturadas

com os adolescentes compromete a dimensão coletiva e reflexiva do processo socioeducativo. Essas fragilidades indicam disparidades significativas entre os municípios, refletindo dificuldades na conformidade técnica e na organização dos fluxos de execução.

O serviço de medidas socioeducativas demonstra potencial de alta qualidade onde estruturado em consonância com a política da PSE. Entretanto, sua execução ainda é irregular na região, com práticas que, em alguns locais, destoam das normativas e limitam o caráter educativo e responsabilizador das medidas. A padronização da execução e o fortalecimento do PIA, das articulações e dos grupos são fundamentais para garantir a efetividade do serviço.

3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS ou em equipamentos específicos como o Centro-Dia. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na regional de Jarú, o monitoramento identificou que os serviços prestados estavam: 50% suficientes e 50% superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

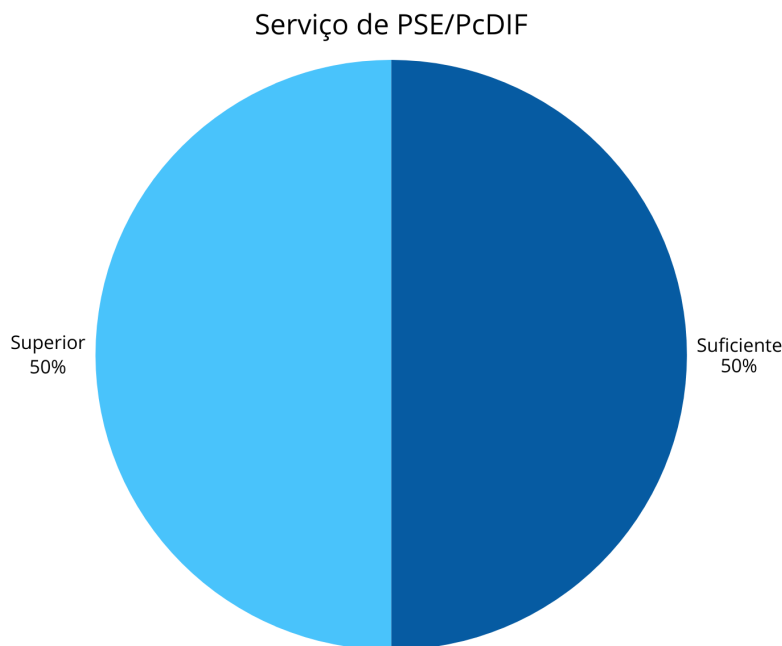


Gráfico 12

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- Pontos Fortes:** O atendimento às pessoas com deficiência aparece como prática consolidada em unidades que dispõem de Centro Dia, garantindo um espaço estruturado para acompanhamento especializado e atividades direcionadas ao público PcD. A existência desse equipamento fortalece a oferta regional e amplia a capacidade de atendimento às demandas específicas, contribuindo para a promoção da autonomia, do convívio e da inclusão social. A articulação com o PAEFI em situações mais complexas também demonstra flexibilidade da rede para responder a casos de violação de direitos. Esses elementos indicam que, quando presentes, os serviços ao público PcD contam com estrutura e potencial para assegurar intervenções qualificadas.
- Pontos Fracos:** Persistem lacunas significativas na execução do serviço, especialmente no atendimento ao público idoso, que muitas vezes não é ofertado, deixando descoberta parte essencial da população-alvo. Em vários territórios, o serviço não possui equipe exclusiva, sendo absorvido pelo PAEFI, o que compromete a especificidade e a profundidade do acompanhamento necessário. A não elaboração sistemática do Plano de Acompanhamento Individual e a baixa oferta de atividades com famílias, grupos e oficinas evidenciam fragilidades metodológicas. Além disso, a articulação insuficiente entre CRAS, CREAS e Centro Dia cria descontinuidade nos fluxos de encaminhamento. Essas lacunas apontam uma

execução restrita do serviço e um distanciamento da tipificação, especialmente no que tange ao atendimento integral e preventivo.

De forma geral, a consolidação da oferta requer maior integração entre equipamentos e fortalecimento das ações planejadas e continuadas. O avanço na efetividade do serviço depende da implementação de um planejamento estruturado, da definição clara de papéis na equipe e do aprimoramento da articulação intersetorial e intrarrede. A consolidação desses elementos é fundamental para que o serviço alcance seu propósito de garantir proteção integral, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência e idosas acompanhadas pela rede socioassistencial.

3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo identificar e acompanhar pessoas e famílias em situação de rua ou em contextos de violação de direitos nos espaços públicos, estabelecendo vínculos de confiança, escuta qualificada e encaminhamentos necessários para inclusão na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável por garantir o acesso a direitos básicos, promover a proteção social proativa e contribuir para a superação de situações de risco e exclusão social.

Na regional de Jarú, o monitoramento indicou que 50% das unidades foram classificadas como insuficiente e 50% regular, o que sugere atenção para as gestões municipais para que possam investir nas equipes responsáveis pelo serviço.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

Serviço Especializado em Abordagem Social

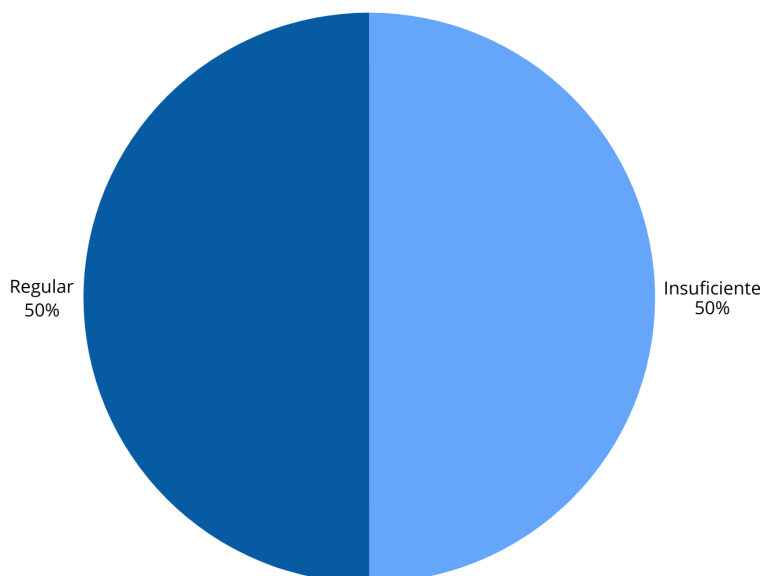


Gráfico 13

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns territórios, o serviço conta com equipe dedicada, permitindo a realização de ações específicas de busca ativa, aproximação e construção de vínculos com populações em situação de risco, em consonância com a tipificação. A articulação com diferentes políticas públicas aparece como componente presente em parte das unidades, ampliando o potencial de proteção e encaminhamentos adequados. A existência de profissionais com experiência em ações territoriais contribui para identificar situações de violação e fortalecer a presença da política nos espaços públicos.

Esses elementos indicam o reconhecimento da importância estratégica da abordagem social para proteção de populações invisibilizadas ou pouco acessíveis.

- **Pontos Fracos:** A execução do serviço é marcada por grandes desigualdades. Em diversas localidades, não existe equipe própria de abordagem, levando o PAEFI a assumir essa função, o que não é adequado. A ausência de regularidade nas ações territoriais compromete o vínculo com o público e reduz a efetividade da identificação de situações de violação de direitos. Além disso, há baixa articulação com órgãos parceiros, como conselho tutelar, saúde e rede psicossocial, o que fragiliza os encaminhamentos e o encaminhamento adequado. A descontinuidade das ações demonstra fragilidade na organização dos fluxos e reduz o potencial preventivo e protetivo do serviço. Essas fragilidades revelam dificuldade de

institucionalização plena da abordagem social na região, evidenciando uma oferta fragmentada e pouco regular.

O serviço especializado em abordagem social apresenta ilhas de boa prática, mas permanece significativamente fragilizado na região. A falta de equipe exclusiva, de regularidade e de articulação intersetorial compromete diretamente sua função preventiva e protetiva. A consolidação da abordagem social requer estabilidade operacional e integração contínua com a rede de proteção.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado em Abordagem Social na regional de Jarú se encontra em processo de consolidação, o fortalecimento da proteção social proativa, com equipes estruturadas, planejamento sistemático e articulação permanente com o CREAS e demais serviços da rede SUAS, é fundamental para que o serviço cumpra plenamente sua função de assegurar o acesso à cidadania e à dignidade às pessoas em situação de rua e em risco social.

3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como finalidade garantir atenção e acompanhamento especializados a indivíduos e famílias em situação de rua, promovendo o acesso a direitos, fortalecimento de vínculos e reconstrução de trajetórias de vida com dignidade. Esse serviço deve ofertar acolhimento diurno, espaços para higiene pessoal, alimentação, guarda de pertences e encaminhamentos para as demais políticas públicas, atuando de forma articulada para promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades extremas vivenciadas por esse público.

Na regional de Jarú, o monitoramento apontou que: 50% insuficiente e 50% superior. Esse cenário reflete a necessidade de ampliação da cobertura e da qualidade do serviço, especialmente diante da crescente demanda de pessoas em situação de rua na capital e em municípios adjacentes.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

Serviço Especializado para Pessoas em
Situação de Rua

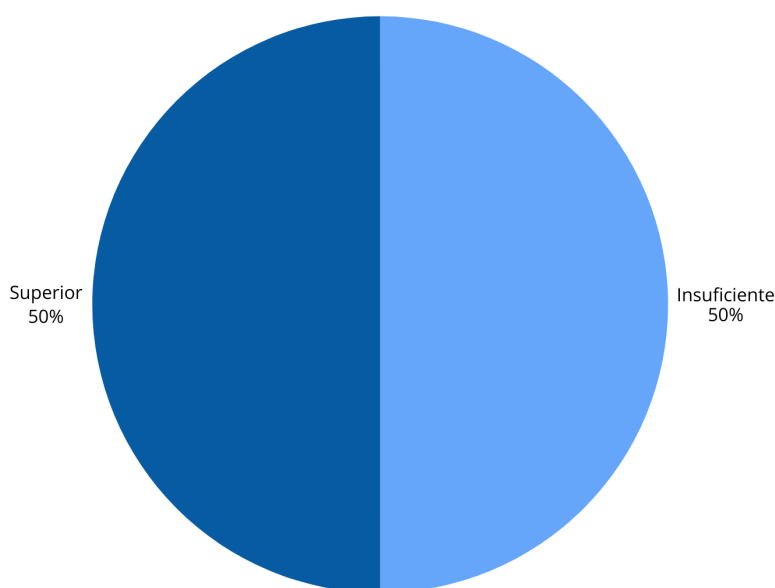


Gráfico 14

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em parte dos territórios, o serviço é considerado bem executado, demonstrando capacidade de acolhimento, acompanhamento e articulação com a rede intersetorial para apoiar usuários em situação de rua. A existência de equipe estruturada dentro do CREAS contribui para o atendimento humanizado e para a identificação das demandas emergenciais, assegurando o acesso à proteção social e a outros serviços públicos. Esse cenário demonstra que, onde implementado adequadamente, o serviço é capaz de oferecer respostas alinhadas à tipificação nacional, especialmente no que diz respeito à escuta qualificada e encaminhamentos.
- **Pontos Fracos:** Em outra parte dos territórios apresenta fragilidades intensas na execução dos serviços. As unidades apresentam ausência de itens mínimos para atendimento adequado, como espaço para higiene, guarda de pertences e oferta de alimentação, elementos fundamentais para garantir dignidade e estabelecer vínculo. Além disso, há equipamentos que não possuem condições físicas para a execução do serviço, o que impede sua implementação conforme previsto na tipificação. Essas lacunas revelam que a oferta ao público em situação de rua é incipiente e desestruturada em grande parte da região, comprometendo a função estratégica do serviço na rede socioassistencial.

O serviço para pessoas em situação de rua apresenta grandes assimetrias regionais, com poucos territórios alcançando execução adequada. A ausência de condições físicas e de equipe própria compromete seriamente a oferta, deixando descoberta uma população altamente vulnerável. A consolidação desse serviço depende de investimentos estruturais, de pessoal e de organização dos fluxos de atendimento.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua na regional de Jarú enfrenta desafios estruturais e operacionais que limitam seu alcance e impacto. A ausência de espaços adequados e de recursos essenciais, como alimentação e higiene, inviabiliza o cumprimento pleno de seus objetivos. É urgente fortalecer a política de atenção à população em situação de rua, com investimentos em infraestrutura, ampliação de equipes especializadas e consolidação de unidades de Centro POP, garantindo condições para uma atuação humanizada, contínua e alinhada às diretrizes nacionais da assistência social.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Jarú, essa modalidade abrange diferentes tipologias de serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes, idosos, mulheres em situação de violência. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favorece a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Jarú, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Jarú considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes, adultos, mulheres em situação de violência e pessoas idosas. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e

adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários. Os resultados obtidos durante as visitas técnicas foram que cerca de 50% das unidades se classificaram como superior, 25% como suficiente e 25% como regular.

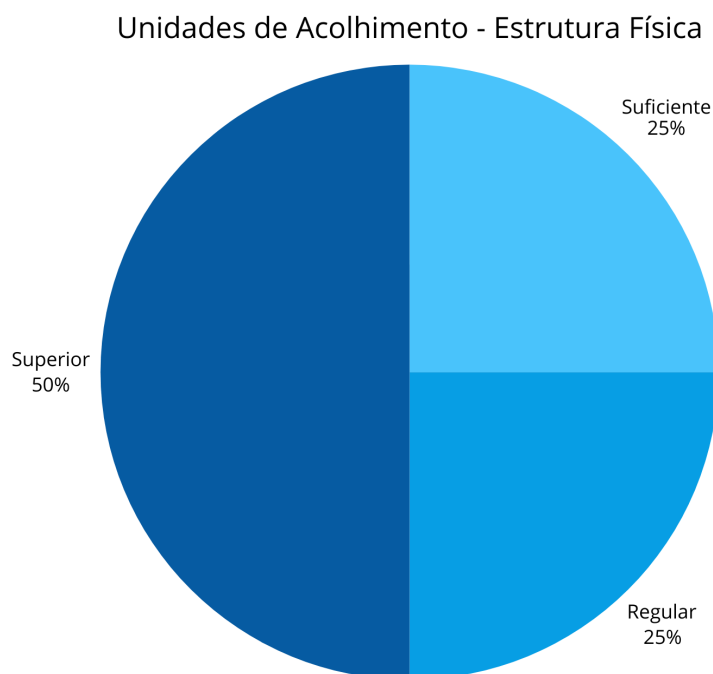


Gráfico 15

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- Pontos Fortes:** As unidades analisadas apresentam, em grande parte, infraestrutura robusta e adequada para o acolhimento institucional. Destaca-se a ampla quantidade de ambientes e a organização funcional da casa, incluindo salas específicas para equipe técnica, coordenação, atendimentos, biblioteca, sala de jogos, além de espaços externos que favorecem o convívio e as atividades recreativas. Esses ambientes ampliam a qualidade do cotidiano dos acolhidos e contribuem para um ambiente mais humanizado. Há ainda presença consistente de lavanderias equipadas, cozinhas completas e climatização, aspectos que demonstram boa manutenção e capacidade operacional.
- Outra força observada é a adequação da quantidade de quartos em relação às vagas do CADSUAS em parte das unidades, algo essencial para evitar superlotação. A presença de veículos próprios em duas unidades facilita deslocamentos para atendimentos de saúde, educação e atividades externas.

- **Pontos Fracos:** Apesar da presença de boas estruturas em alguns municípios, há fragilidades relevantes que comprometem a adesão aos parâmetros técnicos da alta complexidade. Entre os pontos mais críticos está a ausência de acessibilidade total, como ausência de rampas e portas acessíveis. Isso contraria orientações técnicas nacionais e limita o acesso de pessoas com deficiência. Algumas possuem apenas acessibilidade parcial, e o número de banheiros pode ser insuficiente dependendo da lotação, considerando o parâmetro mínimo de um vaso sanitário para cada seis usuários. Ademais, a ausência de veículo próprio em algumas unidades gera dependência de outras secretarias, o que pode prejudicar a rotina de atendimentos e deslocamentos emergenciais. Outro ponto crítico é a estrutura física, apesar de cumprir requisitos básicos, ainda não se alinha completamente às diretrizes de acessibilidade e organização funcional previstas no Caderno de Orientações Técnicas de Acolhimento.

A estrutura física dos acolhimentos da região apresenta diferenças significativas entre os municípios. Há equipamentos completos e bem organizados, mas também unidades com acessibilidade limitada e recursos insuficientes para atender plenamente as normativas da alta complexidade. A consolidação da infraestrutura requer especial atenção à acessibilidade, adequação dos sanitários e disponibilidade de transporte. De modo geral, os resultados indicam boas condições físicas das unidades de acolhimento, entretanto reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela rede.

4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Jarú, o monitoramento revelou que cerca de 25% estavam regulares, 25% irregulares e 50% suficientes, o que mostra um cenário de regularidade, com locais pontuais onde perpetua certa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes.

Unidades de Acolhimento - Recursos Humanos

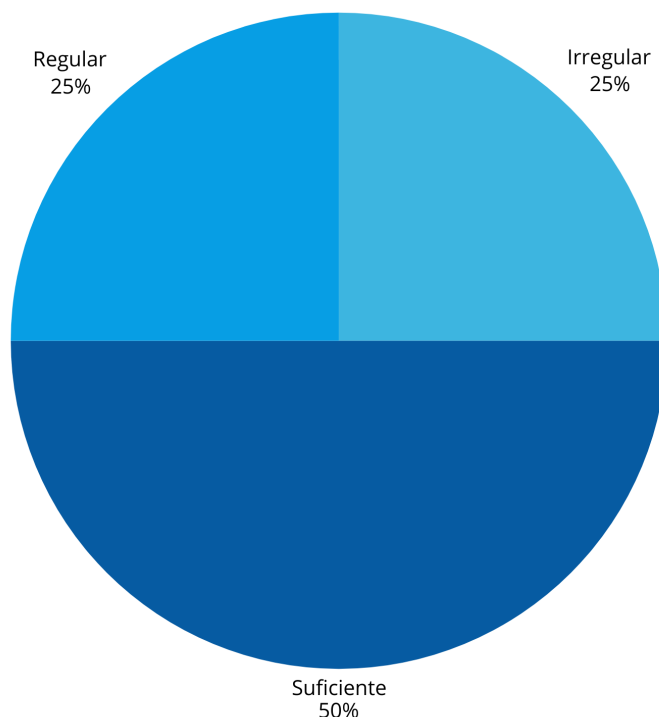


Gráfico 16

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Os municípios possuem equipe técnica formalmente constituída, com assistentes sociais e psicólogos atuando no atendimento especializado. Em parte dos municípios observa-se equipe diversificada, incluindo pedagogia, psicologia, enfermagem, fisioterapia e educação física, ampliando a capacidade de atenção integral aos usuários. Esse quadro multidisciplinar é um diferencial positivo para a oferta de acolhimento qualificado.

Também se destaca em alguns municípios a presença de cuidadores em regime de plantão, atendendo ao modelo de funcionamento 24h, elemento essencial para o serviço. A existência de motoristas, cozinheiros, auxiliares de limpeza e de lavanderia demonstra boa cobertura de funções operacionais.

- **Pontos Fracos:** Persistem fragilidades graves relacionadas à conformidade do quadro de pessoal com as diretrizes da tipificação e do serviço. A ausência de auxiliar de cuidador representa um déficit direto, pois esse profissional é obrigatório para garantir o suporte e manejo adequado das unidades. A situação mais crítica é a execução do acolhimento pela mesma equipe do CRAS, o que contraria a lógica da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e a compromete a qualidade do atendimento.

Além disso, há casos em que a coordenação não possui formação adequada ou experiência diretamente relacionada à gestão de alta complexidade, o que pode afetar os processos de trabalho, a articulação com o Judiciário e a organização da rotina da unidade.

Outro ponto é a duplicidade ou sobrecarga de funções e a necessidade de atualização do quadro de RH no CADSUAS também reforça lacunas na gestão dos processos administrativos.

O quadro de recursos humanos apresenta avanços, com composição técnica presente na maioria dos municípios. No entanto, há inconsistências sérias, especialmente quando o acolhimento não é realizado por equipe exclusiva ou quando faltam profissionais essenciais, como auxiliares de cuidadores. A regularização e qualificação da equipe são centrais para a execução adequada da alta complexidade.

De forma geral, o cenário aponta para a necessidade urgente de recomposição e fortalecimento de algumas equipes que atuam na alta complexidade, uma vez que a ausência ou insuficiência de profissionais impacta diretamente a qualidade do atendimento e o cumprimento dos objetivos de proteção integral. Além disso, destaca-se a importância de investir em formação continuada e educação permanente, garantindo que os trabalhadores estejam preparados para lidar com as demandas complexas dos usuários acolhidos e assegurar um serviço de caráter humanizado, ético e qualificado.

4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Jarú, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Das unidades monitoradas, todas foram classificadas como superior, evidenciando avanços importantes na consolidação da oferta, mesmo diante de limitações operacionais. Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade.

A análise dos pontos de força e fragilidade do serviço de acolhimento institucional serão apresentados pelos segmentos em que as unidades se organizam: Crianças e Adolescentes e Idosos.

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

- **Pontos Fortes:** O acolhimento para crianças e adolescentes demonstra boa execução em parte dos municípios, especialmente onde o serviço funciona com equipe exclusiva e com organização consolidada da rotina e dos atendimentos. Apesar das limitações estruturais, o acompanhamento técnico é percebido como adequado, com realização de atendimentos e articulação com a rede. A existência de reuniões de famílias, quando realizadas, é um fator positivo que fortalece vínculos e favorece reintegração familiar ou comunitária.
- **Pontos Fracos:** A baixa frequência de discussões intersetoriais de casos sinaliza fragilidade na articulação entre políticas públicas, prejudicando a construção de planos de atendimento eficazes.

Pontos de Atenção:

- Atenção ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno ao convívio familiar sempre que possível.
- Ampliar a atuação da equipe técnica, indo além da produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, fortalecendo o planejamento, o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.
- Reforçar o papel socioafetivo do cuidador, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.
- Fortalecer a educação permanente nos serviços de acolhimento é um ponto estratégico para o desenvolvimento da rede.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

- **Pontos Fortes:** Observa-se a preocupação com a integração dos idosos em ações e atividades desenvolvidas pela comunidade local. A iniciativa de promover interação comunitária indica compreensão da importância do convívio social como elemento protetivo fundamental para idosos institucionalizados. A existência de equipes de enfermagem e cuidadores reforça a segurança e o acompanhamento contínuo, o que qualifica a oferta.
- **Pontos Fracos:** Não há referência ao acompanhamento sistemático das famílias, atividades internas regulares ou articulação com políticas setoriais, o que sugere possíveis lacunas na execução.

Pontos de atenção:

- Garantir que o atendimento preserve o aspecto socioassistencial do serviço, sem restringir-se às práticas orientadas pela política de saúde.
- Fortalecer o trabalho sociofamiliar, mesmo em casos de vínculos familiares fragilizados, buscando estratégias de reaproximação e convivência quando possível.

O acolhimento para idosos apresenta indícios de execução parcial e com baixa padronização regional. Os dados sugerem necessidade de maior consolidação do serviço para que a oferta atenda integralmente às diretrizes da alta complexidade.

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

De modo geral, o monitoramento aponta que, embora as condições estruturais e de pessoal ainda representem desafios significativos, o conjunto dos serviços de acolhimento da regional de Jarú tem demonstrado capacidade de resposta e compromisso com os princípios da proteção social especial, devendo agora concentrar esforços no fortalecimento das equipes, na integração intersetorial e na qualificação das práticas socioassistenciais.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional de Jarú evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.